

Aceleração da transição para economia circular

Indústria, governo e especialistas discutem novas soluções

Da Redação

Reduzir barreiras, impulsionar investimentos e acelerar a transição para a economia circular. Esse foi o principal tema do evento Circular Talks: ideias que inspirem, práticas que transformam, realizado nesta quinta-feira (18), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Coalizão de Economia Circular da América Latina e do Caribe.

O encontro atuou como uma sessão de aceleração oficial do Fórum Mundial de Economia Circular (WCEF) 2026, iniciativa autoral e internacional promovida pelo Fundo Finlandês de Inovação Citra, que aconteceu de 15 a 18 de setembro, com eventos em diversos países.

O objetivo da sessão de aceleração foi conectar representantes do setor produtivo, do poder público e de instituições

financeiras para transformar oportunidades em investimentos concretos e debater as soluções práticas para a transição circular na indústria.

COMPETITIVIDADE, REGULAÇÃO E AÇÃO GLOBAL

O superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo, enfatizou que a economia circular vem ganhando forte tração e visibilidade nas discussões nacionais, com protagonismo crescente no setor produtivo. Bomtempo destacou que a economia circular não se resume à reciclagem, trata-se de um novo modelo econômico voltado a aumentar a competitividade e a eficiência do setor produtivo.

“Precisamos reforçar a comunicação com a sociedade e o mercado, conectando a agenda circular à redução de emissões e à eficiência no uso de recursos, um trabalho que a CNI vem desenvolvendo e aprimorando desde



Sessão oficial de aceleração do Fórum Mundial de Economia Circular trouxe para o debate regulação, gargalos financeiros e os novos hábitos do consumidor brasileiro

2014”, reforçou o superintendente da CNI.

Em relação ao panorama regulatório, Bomtempo ressaltou o empenho da CNI para a aprovação do Projeto de Lei (PL) 1874/2022, a Política Nacional de Economia Circular, que está em tramitação no Senado Federal.

Além disso, Bomtempo reforçou o caráter transversal da pauta, que se integra às discussões do mercado regulado de carbono, à Lei

do Combustível do Futuro e à elaboração da taxonomia sustentável brasileira. No âmbito internacional, sublinhou a atuação da CNI com a Sustainable Business COP (SBCOP), plataforma multilateral focada em soluções empresariais sustentáveis.

“Além dos cases de sucesso que foram apresentados na COP30 e que muitos eram sobre economia circular, o que queremos para a COP31 é também a inclusão de bons projetos que possam ser escalados e conectados a linhas de financiamento competitivas”, explicou.

Na abertura das atividades, o diretor-adjunto do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Kalil Cury Filho, ressaltou que a economia circular precisa ser conduzida como uma

agenda estratégica de desenvolvimento, competitividade e inovação. Cury enfatizou a importância da articulação entre governos, indústrias e o sistema financeiro para converter o conhecimento em ações práticas e escaláveis.

A analista de Políticas e Indústria da CNI, Larissa Malta, também apresentou os dados da Pesquisa CNI de Economia Circular 2026: Barreiras, Oportunidades e Práticas na Indústria, acompanhada de um levantamento sobre o comportamento dos consumidores.

O Circular Talks ainda trouxe discussões sobre a atuação coordenada entre políticas públicas de incentivo, mecanismos financeiros adequados às pequenas e médias empresas e o engajamento contínuo das cadeias de valor.

Risco de fechamento é reduzido com consultoria

Da Redação

Microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas (MPE) que recebem consultoria técnica do Sebrae apresentam taxas de sobrevivência no mercado superiores às registradas por donos de negócios que não buscaram o apoio da instituição. É o que revela o estudo inédito “Avaliação de Impacto da Consultoria Sebrae na Sobrevivência dos Pequenos Negócios: Uma análise para o Brasil e suas Unidades da Federação”, elaborado pelo Núcleo de Pesquisa e Gestão do Conhecimento da instituição.

De acordo com o levantamento, a consultoria oferecida pelo Sebrae contribui para uma redução de 68% no risco de encerramento das atividades dos pequenos negócios

(PN) em relação a empresas não atendidas. A diferença na taxa de sobrevivência entre empresas apoiadas e não apoiadas pelo Sebrae é de aproximadamente 14 pontos percentuais no primeiro ano de atividade, mas ela aumenta para quase 22 pontos percentuais ao final de cinco anos. O estudo mostra que 77% dos pequenos negócios apoiados continuam em operação após cinco anos da abertura do CNPJ, enquanto entre as empresas que não receberam o atendimento o índice de permanência cai para aproximadamente 55%.

O presidente do Sebrae, Rodrigo Soares, afirma que os dados comprovam que o conhecimento e o suporte técnico são aspectos cruciais para assegurar a longevidade empresarial no Brasil. “A missão



Atendimento do Sebrae é voltado a pequenos negócios brasileiros

do Sebrae é justamente estar ao lado do empreendedor nos momentos mais decisivos da sua jornada, oferecendo a qualificação necessária para superação dos desafios iniciais do mercado”, comenta.

“Quando garantimos que um universo maior de pequenos negócios continue de portas abertas, não estamos apenas reduzindo a mortalidade de empresas; estamos preservando empregos, estimulando

o a inovação e fortalecendo a economia de cada município brasileiro”, disse Rodrigo Soares, presidente do Sebrae.

O estudo aponta que o segmento dos microempreendedores individuais (MEI) registra a maior vulnerabilidade de mercado quando não recebe assistência técnica. Entre os MEI analisados que não contaram com apoio de consultoria técnica, a taxa de sobrevivência em cinco anos foi de 33,7%, ou seja, cerca de dois em cada três MEI desse grupo passaram pela baixa do seu CNPJ no período.

Por outro lado, com a orientação do Sebrae, a taxa de sobrevivência do MEI após o mesmo período atinge quase 65%, uma elevação superior a 31 pontos percentuais em comparação aos não atendidos.